



Sondagem arqueológica em Nespereira - Lousada: resultados preliminares de uma intervenção de emergência

*Joana Leite**, *Manuel Nunes***, *Luís Sousa****, *Carlos Gonçalves****

Resumo

A realização da intervenção arqueológica de emergência no Cabeço do Outeiro, freguesia de Nespereira, concelho de Lousada, pôs a descoberto um habitat rural dos séculos XVII-XVIII, revelando um considerável espólio, sobretudo cerâmico, e denunciador de um núcleo familiar com algum poder económico e eventualmente detentor de reconhecido prestígio local. Trata-se de uma dinâmica sequencial de ocupação do sítio que apesar de ultrapassar os 200 anos surpreendeu pelo efêmero registo material perpetuado ao nível das estruturas.

1. Contextualização dos trabalhos arqueológicos

A abertura de uma estrada municipal, no Verão de 2004, de ligação entre o lugar de Vila Verde e o lugar do Cruzeiro, no Cabeço do Outeiro (CBO. 05¹), na freguesia de Nespereira, concelho de Lousada, distrito do Porto, (I.G.E. 1: 25.000, folha n.º112), propiciou a descoberta de um sítio arqueológico inédito. Apenas detectado em 2005, no seguimento de uma acção de fiscalização o Gabinete Municipal de

Arqueologia o local, registado então com as coordenadas geográficas W 008°17'43,3''; N 41°15'18,1'', (UTM 29 TNF 559032,4 /4567307,56) DATUM WGS/84, foi alvo de uma pronta intervenção arqueológica cujos resultados damos agora a conhecer.

Os vestígios ocupacionais visíveis revelaram-se desde então com alguma clareza nos cortes artificiais escavados pelas máquinas, aquando da abertura da via, especialmente no corte exposto a Sul onde era perceptível uma fiada de tijolos que se encon-

* Arqueóloga. Colaboradora do projecto arqueológico para o estudo da ocupação humana de um vale interior do Entre Douro e Vouga da Proto-História aos começos da nacionalidade - *PAIVAR*.

** Arqueólogo. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada.

*** Assistente de Arqueólogo. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada.

¹ A intervenção foi designada pelo acrónimo **CBO.05**, correspondente à identificação do Lugar "Cabeço do Outeiro", onde teve lugar a escavação, e ao ano em que se procedeu à abertura da sondagem e respectivo estudo de Sítio - 2005.

trava sensivelmente a 2,55 metros de profundidade em relação ao solo original, e através de achados avulsos de fragmentos cerâmicos dispersos pela área envolvente, indiciadores de uma antiga ocupação humana daquele espaço.

Trata-se de um sítio de altitude média (224 metros), dotado de uma considerável rede hidrográfica, uma vez que o rio Mezio (afluente do Sousa), que corre nas suas proximidades, ramifica pela área alguns cursos de água que tornam os solos em questão bastante férteis e de uso agrícola.

Em termos geológicos, o sítio enquadra-se no âmbito dos granitos hercínicos, tardi e pós-tectónicos, em particular dos granitos monzoníticos porfiróides, de duas micas essencialmente biotíticos (C.G.P. 1:50.000 folha n.º 9D/Penafiel).

Dada a fragilidade com que se encontravam ex-



Figura 1. Implantação da área intervencionada num excerto da folha 112 da Carta Militar de Portugal do IGE, 1998.

postos os vestígios remanescentes, afigurou-se imperiosa uma acção arqueológica de emergência face às ameaças de conservação do sítio, nomeadamente a deterioração do perfil exposto aos agentes climáticos e a possibilidade de ocorrência de actos de vandalismo, visto serem nítidos os tijolos que se perfilavam no corte.

Como resposta à exigência premente de salva-



Figura 2. Corte exposto a Sul, rasgado pela passagem da estrada local, onde se encontravam evidenciados os vestígios arqueológicos.

guarda de informação arqueológica que uma intervenção de emergência impõe, pelo frágil equilíbrio destruição/preservação, estabeleceu-se uma pronta parceria entre o Instituto Português de Arqueologia, a Câmara Municipal de Lousada, o proprietário do terreno - Sr. António Basílio Pimentel Carneiro Leão² e os arqueólogos envolvidos, Joana Leite e Manuel Nunes, vendo-se assim criadas as condições para os trabalhos conducentes à investigação arqueológica.

² A quem agradecemos todo o seu interesse, amabilidade e apoio prestado nas informações disponibilizadas.

2. Área intervencionada: metodologia aplicada

Para que fosse possível uma caracterização do contexto em perigo, por forma a confirmar-se o interesse arqueológico do local, avaliando-se a estratigrafia existente, eventuais estruturas arqueológicas e a cronologia apontada com base nos materiais de superfície, experimentaram-se várias abordagens à área em questão e fasearam-se os trabalhos arqueológicos nas etapas que de seguida se descrevem.

Numa primeira fase atribuiu-se uma atenção especial ao registo da estratigrafia dos perfis postos a descoberto pela maquinaria (de ambos os lados da estrada). Assim, procedeu-se primeiramente a uma limpeza sumária dos dois cortes, a que se seguiu o desenho dos respectivos perfis, no sentido de detectar possíveis similitudes/continuidades estratigráficas, procedimento este que veio a apoiar o desenvolvimento dos trabalhos e a interpretação estratigráfica da zona intervencionada.

Após uma abordagem genérica de registo do sítio tal como o encontramos, avançou-se então para uma metodologia intrusiva que se afigura, nestes casos, como a única capaz de esclarecer contextos arqueológicos mais complexos. Assim, procedemos à marcação da quadrícula que permitiria a abertura de uma sondagem arqueológica de avaliação, respeitando o alinhamento vertical do local onde eram visíveis no perfil os tijolos referidos. As dimensões totais da sondagem³, no seu topo⁴, fixaram-se nos 12 m², que se subdividiram em quadrículas alfanuméricas, mais pequenas (2m²) de apoio à referência mais específica dos contextos a apurar, designadas de Este para Oeste e de Sul para Norte com as codificações C6, C5, C4 e D6, D5 e

D4. Dada a impossibilidade de permanecer com o testemunho dos quatro cortes, uma vez que um dos alinhamentos da sondagem coincidia com o talude provocado pelas máquinas, a sondagem contou apenas com a leitura dos cortes Nascente, Sul e Poente.

A escavação avançou seguindo os procedimentos inerentes à utilização da Matriz de Harris, decapando gradualmente as unidades estratigráficas e registando-as em diagrama com respectiva caracterização. Desta forma não só se consegue uma individualização mais personalizada das unidades estratigráficas, respeitantes a todos os momentos da ocupação do sítio em estudo, como se torna mais explícita e clara a relação entre elas. Procurando o entendimento da inter-relação das unidades estratigráficas deixou-se uma banqueta como testemunho para os últimos níveis de ocupação que sugerem um ritmo de vivência mais intenso e por isso de mais delicada compreensão. Todas as unidades foram cotadas, representadas em desenho e registadas em suporte fotográfico.

Dada a profundidade a que se registavam os vestígios arqueológicos, os trabalhos em campo tiveram a duração de aproximadamente dois meses (segunda quinzena de Junho, Julho, com interrupção em Agosto, e retoma na primeira quinzena de Setembro de 2005).

Finda a escavação⁵, iniciaram-se os trabalhos de gabinete, igualmente metódicos e de importância fulcral para o estudo do contexto arqueológico. O processo de tratamento do espólio iniciou-se pela limpeza e inventariação dos fragmentos recolhidos, através da sua contabilização e marcação. Procurou-se formar agrupamentos de características materiais afins (cerâmica, metal, líticos, etc.) e subgrupos tecnológicos semelhantes, por exemplo, no agrupamento da cerâmica há que distinguir conjun-

³ Estas medidas foram determinadas tendo em atenção a manutenção de um perímetro de segurança em relação ao átrio da casa da eira que lhe está próxima.

⁴ Referimo-nos especificamente às medidas de topo da sondagem uma vez que à medida que a escavação avança para níveis mais profundos, a sua área aumenta, visto que o perfil artificialmente criado pelas máquinas que abriram o caminho torna-se mais proeminente em baixo.

⁵ Aguardamos apenas o momento oportuno para a colocação da manta geo-têxtil sobre toda a área escavada por forma a garantir a identificação clara da zona intervencionada. Será igualmente reposta a topografia original do terreno, como acordado com o proprietário.

tos (preta, vermelha, vidrada, faiança) que revelam usos, intenções e produções diferentes e mesmo dentro de cada um destes conjuntos há ainda que atentar em subconjuntos definidos por acabamentos ou decorações específicas, pela natureza das pastas e outros tantos elementos denunciadores nomeadamente de centros produtores locais do fabrico das peças em análise. No caso dos metais, pela instabilidade a que são expostos ao serem retirados do seu ambiente original, a nível de preservação, surgiu a necessidade do seu envio para um laboratório⁶ especializado na limpeza e neutralização do seu processo corrosivo. Foi este o destino que seguiram quatro elementos do espólio metálico, de que em capítulo próprio trataremos.

Seleccionámos ainda um conjunto de peças, que pela representatividade no universo do espólio, boas condições de conservação, perfis bastante completos e características singulares, se mostraram alvo de particular tratamento em registo fotográfico e de desenho.

Por fim, e apoiando-nos no conjunto de informações recolhidas e cruzadas procurámos uma interpretação global da funcionalidade dos espaços.

3. Sequência ocupacional do sítio

A análise da informação registada no decurso dos trabalhos de campo (fotografia, desenho e escrita) permite apurar a ordem dos acontecimentos arqueológicos, numa única sequência para a área intervencionada. O resultado final é a construção de um diagrama (Matriz de Harris), onde cada UE⁷ encontre a sua posição de anterioridade, posterioridade ou mesmo contemporaneidade, em relação às outras.

A matriz se apresenta no *Gráfico 1*, mostra de forma esquemática e convencional a evolução da ocupação na sondagem escavada e apoia-se na análise

de cortes⁸ e planos elaborados em campo à escala 1:20. De apoio à caracterização das UE atente-se igualmente no *Quadro 1* que as descreve sucintamente, atendendo a aspectos como a cor, composição, granulometria, inclusões orgânicas, culturais, ou mesmo a mera caracterização de estrutura, quando desse caso se tratar.

Pode, portanto, inferir-se alguns traços genéricos caracterizadores da ocupação do espaço intervencionado, apesar da síntese interpretativa se revelar de certa forma comprometida pela ausência de estruturas clarificadoras de momentos estruturantes da vivência no local em estudo. Todo o esforço de reflexão que nos propomos realizar sobre o espaço vê-se, portanto, grandemente condicionado pelo apoio precioso, mas limitado, que os elementos materiais referentes ao espólio cerâmico nos proporcionam.

Tendo em conta as limitações acima enunciadas e de forma a clarificar ritmos de ocupação do espaço consideramos pertinente, em primeira instância, estabelecer uma divisão genérica entre as unidades estratigráficas encontradas até aos 2 metros de profundidade (coincidente com o início da UE 026) e as unidades que a precedem em termos de antiguidade (referindo-nos a todas as unidades estratigráficas compreendidas entre a 026 e a 037). A diferença entre estes dois faseamentos é nítida e inequívoca.

As primeiras unidades caracterizam-se por níveis sucessivos de aterro que resultam em camadas de composição homogénea, de potência significativa de terras e consideravelmente regularizadas, de fracos vestígios arqueológicos pontuados apenas por ocasionais fragmentos cerâmicos e espólio metálico, muito dispersos pela sondagem, sem qualquer habitat doméstico preservado em estrutura ou negativo. Trata-se de uma utilização do local balizada entre a segunda metade do século XVIII e a segunda metade do século XIX e que em última instância

⁶ Laboratório de Conservação e Restauro do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa.

⁷ Unidade estratigráfica.

⁸ A propósito do registo dos três cortes em desenho e para uma mais fácil compreensão da estratigrafia, consulte-se as figuras 19, 20 e 21

Matriz estratigráfica CBO.05

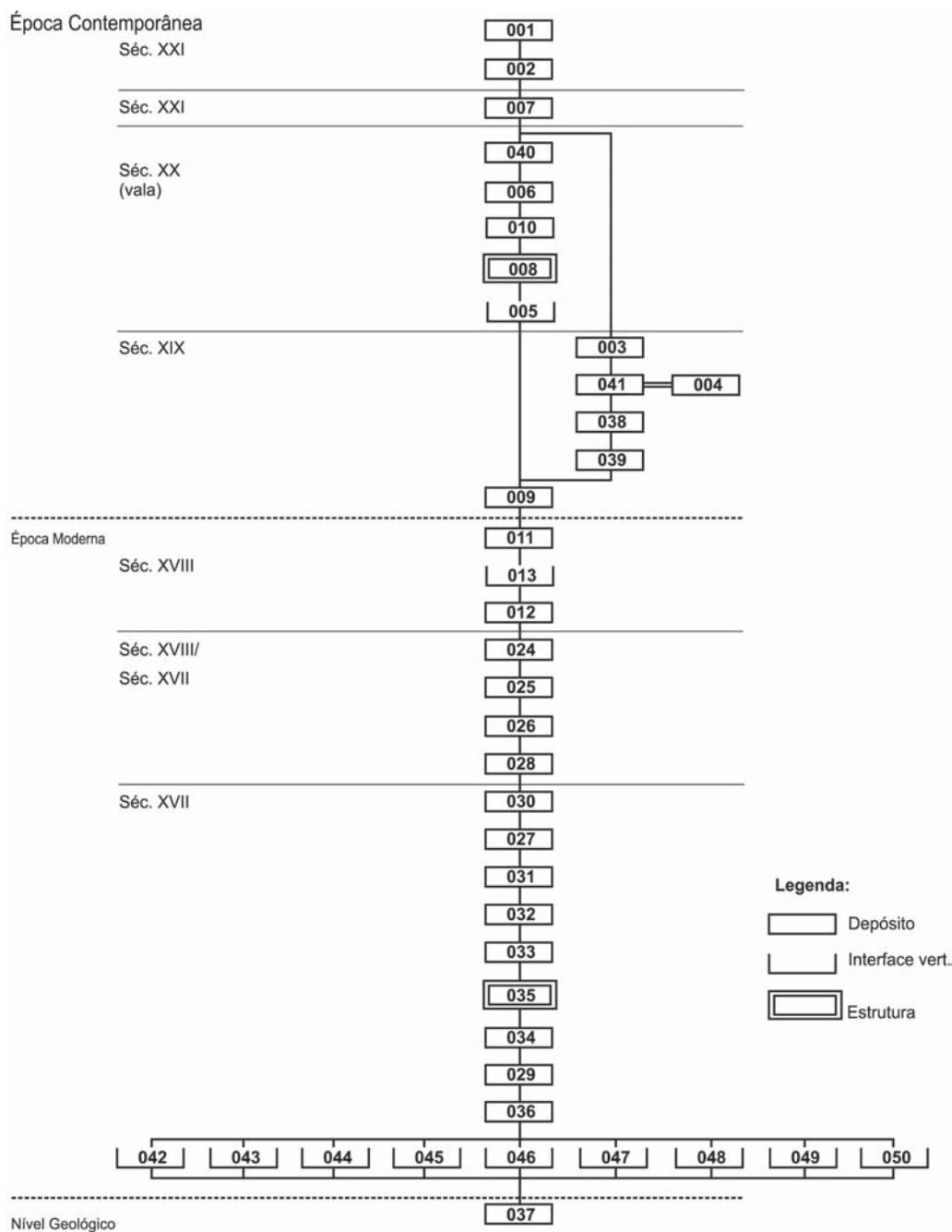


Gráfico 1. Relação das Unidades Estratigráficas apuradas na sondagem aberta, entendendo-se como mais recente a 001 e a mais antiga a 037.

se estende aos nossos dias com a instalação do estaleiro de apoio às obras para a construção da IC 25/variante à EN 106, que se iniciou em 2000 e terminou em 2002, momento este preservado nas duas primeiras unidades estratigráficas da sondagem.

Toda esta conturbação no registo arqueológico e pouco expressiva vocação funcional do espaço vêm-se reforçados com a abertura da vala [005] que interrompe parcialmente a UE 003 e totalmente a 004, pelo que foi necessário dividi-la na 004 e 041, remexendo os contextos existentes e aumentando as deposições por aterro. Será no entanto importante frisar, para este primeiro faseamento dos contextos arqueológicos, um caso estratigráfico singular, de análise complexa que exigiu a nossa particular atenção. Referimo-nos à UE 012 que se estende por toda a quadrícula, manifestando uma irregular deposição (que contraria a tendência aplanada de todos os depósitos anteriormente abordados). Constituída por terras saibrosas amarelo-claras, de textura granulosa, estéreis em termos de espólio, esta UE caracteriza-se por ter uma superfície ondulada, cortada por 11 valas de fraca consistência estrutural, dispostas paralelamente entre si e na diagonal em relação à quadrícula aberta, no sentido Noroeste-Sudeste.

A este propósito, as interpretações podem ser orientadas consoante se equacione, de origem natural ou antrópica, a natureza das depressões desta unidade estratigráfica. Seguindo a primeira hipótese poderia ponderar-se uma abrasão dos terrenos saibrosos decorrente da acção erosiva das águas da chuva ou de outro tipo de escorrências, no entanto, não nos parece válida esta perspectiva uma vez que, como se pode constatar mais claramente nas figuras 3 e 16, algumas dessas valas rasgadas no saibro, não estando escavadas em forma de corredor, interrompem-se, alteando o saibro que as constituem para, na sua continuidade, se formar nova depressão. Acreditamos antes, tratar-se de um nível de exploração dos solos de cariz agrícola que se reporta a finais do século XVIII, pelas características do



Figura 3. Vista geral da unidade estratigráfica 012, perspectiva Este-Oeste.

espólio encontrado na unidade estratigráfica 011 que preenche e se sobrepõe às valas, composto por escassa cerâmica de uso doméstico e uma navalha em ferro possivelmente enquadrável na faina agrícola, e pela própria constituição da unidade 012, que se afigura como depósito intencional, ausente de inclusões culturais, de fraca consistência para servir de apoio a qualquer estrutura e pleno de raízes⁹. Ao que nos foi possível apurar, não existem paralelos arqueológicos publicados, enquadráveis na situação

⁹ A título de curiosidade, refira-se o tradicional cultivo do cebolo, que exige, em determinadas localidades, a deposição de uma camada de terras arenosas de preparação ao plantio.

descrita, capazes de definir uma explicação clara para o contexto estratigráfico em análise, pelo que a proposta apresentada não passa de uma mera hipótese especulativa.

Estas unidades, compostas sobretudo por níveis de aterro, contrastam grandemente com o segundo faseamento do sítio (genericamente considerado entre as unidades 026 e 037), que se caracteriza por uma cadência de ocupação consideravelmente mais rápida, a avaliar pela sucessão dos estratos arqueológicos que denunciam um contexto doméstico mais explícito e rico. Apercebendo-nos da complexificação da estratigrafia, e constatando a aproximação ao nível dos tijolos detectados no corte aberto pela estrada, optámos por deixar uma banqueta intermédia de apoio à leitura das unidades estratigráficas, preciosa para uma clarificação da sobreposição dos níveis arqueológicos e para a consequente interpretação dos contextos.

Esta nova ambiência arqueológica que nos faz recuar agora ao culminar do século XVIII e sobretudo ao século XVII afigura-se muito farta em espólio material cerâmico e de outra natureza, mas mais uma vez, pobre em estruturas definidoras de espaços.

Tentaremos, no entanto, analisar esta última sequência ocupacional preocupando-nos em salientar algumas situações que nos merecem destaque pelas informações que acrescentam e sobretudo pelas questões que levantam.

Assim, as unidades 026 e 028, que se apresentam como fase de transição para a realidade mais antiga da escavação (século XVII), marcam o fim da tendência estruturante evidenciada pelas unidades anteriores reveladoras de grandes deposições de terras, quer por se registarem tempos mais longos de determinada ocupação, quer por acções pontuais de aterro intencional (nivelamento de terrenos, apoio a qualquer propósito de exploração dos solos, etc.).

Deparamo-nos, então, com as unidades 027, 029, 030, 032, 033 e 034 que se distinguem por múltiplos e variados elementos como a cor, a estrutura, a compactação, a granulometria, e aspectos deposicionais, mas que partilham de um denominador comum: representam uma intensa utilização do espaço, numa altura muito específica e concreta, compreendida sensivelmente em 50 anos (2ª metade do

século XVII), apontando para áreas funcionais distintas mas próximas no tempo.

Das unidades acima enunciadas, destaca-se a unidade estratigráfica 029, que para além de ser a mais antiga entre os níveis de clara vivência doméstica, é igualmente a mais expressiva pela abundância e diversidade do seu espólio (244 fragmentos cerâmicos, entre os quais 16 fragmentos de faiança com motivos de tradicional associação cronológica à segunda metade do século XVII), frequente espólio metálico, de que se destaca meia ferradura, alguma telha de meia cana, dois fragmentos de vidro e dois líticos (um movente de moinho manual e uma pedra talhada de morfologia discóide). Outra das suas mais relevantes características é a sua composição sedimentológica, tratando-se de terras muito compactas, predominantes em cinzas e de apreciável potência estratigráfica. Ter-se-ia tratado de um incêndio? Excluimos à partida essa interpretação pela conjugação de duas vertentes: a grande espessura de cinzas concentradas no local (despropositada para que se equacione a referida ocorrência) e a limitação espacial da unidade, que se verifica apenas em sensivelmente 2/3 da sondagem. Encaramos portanto a hipótese de se tratar de uma área específica reservada à combustão doméstica (lareira ou depósito de cinzas) para onde inclusivamente se deitariam fora as peças danificadas ou que já não se usavam pelas mais variadas razões, ou ainda simplesmente perspectivamos a probabilidade de se tratar de uma área de apoio alimentar (cozinha?), uma vez que de entre os fragmentos domésticos aí encontrados, se destacam umas panelinhas de louça preta, destinadas ao lume directo com fuligem em ambas as faces. De qualquer forma, e em ambos os casos ponderados, adivinha-se uma perpetuação da função pelo considerável volume de cinzas acumulado, não sendo despropositado considerar igualmente a hipótese de ter existido, nas proximidades, um forno capaz de produzir tal quantidade de cinzas, até porque a ocupação humana estudada nesta sondagem encaixa-se em plena vala aberta na rocha de base, o que seria muito favorável a uma acumulação de calor que facilitaria uma utilização desse cariz.

Parecem, pois, estar assim definidos dois espaços funcionais na sondagem escavada, um deles,

partindo sensivelmente do meio da quadrícula e alargando-se por todo o seu lado Este, correspondente às quadrículas C6 e D6 (que se vê à margem deste contexto e de todos os outros supra citados, apresentando portanto uma estratigrafia mais simplificada) e o lado Oeste (quadrículas C5, C4, D5 e D4) que abordamos aqui com particular ênfase por se estruturar de forma mais rica. As dúvidas persistem, sobretudo se atentarmos na continuação do corte Oeste da estrada, rasgado pela acção da maquinaria, que revela a continuação de um estrato preto em tudo semelhante à UE 029.

Os dois únicos elementos materiais encontrados que poderiam ajudar a clarificar o registo arqueológico e funcionar como inequívocos estruturadores de espaço, paralelamente à análise da larga profusão do espólio pelas unidades em análise e da inter-relação entre si (que apenas permitem deambulações teóricas incompletas), são as unidades 031 e 035, mas que ainda assim assumem contornos pouco definidos, sem que qualquer estrutura clarifique funções, espaços, gestos ou mesmo intenções. Trata-se, no caso da unidade 031, de um derrube significativo de pedras de médio porte, em granito, que se estendem de forma caótica pelas quadrículas C4, D5 e D4 sem que seja possível antever qualquer alinhamento ou estrutura original, e no que respeita à unidade 035 de um nível alinhado e circunscrito de tijolos e pedras que marcaram presença, desde o início da escavação, por se terem revelado no corte artificial de abertura da estrada. Relativamente a esta estrutura, 035, importa tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, salienta-se o seu relativo bom estado de conservação, enquanto estrutura, se atendermos ao volume significativo de terras que se depositaram ao longo dos séculos nas camadas superiores. Trata-se de uma combinação de tijolos e pedras, intercalados aleatoriamente, constituindo um plano rectangular de onde se destacam alguns tijolos com morfologia *maneirista* que claramente se interpretam como reaproveitamento de outras construções da época. Estes materiais dispõem-se

em forma de piso sem que qualquer limite externo à estrutura promova tal organização, isto é, a unidade 035 que nos mostra pela primeira vez uma intenção material conservada e bem definida ao nível do registo arqueológico, interrompe-se, numa das suas vertentes, pela destruição irreversível provocada pela abertura da estrada e na sua restante envolvência, enquadrada na sondagem, vê-se desapojada de contextos arqueológicos que lhe possam atribuir qualquer significação ou que nos conduzam a uma função precisa da sua intenção de construção.

Apenas contamos com as unidades 030 e 032, que parecem estar-lhe associadas amparando o referido piso com terras argilosas, alaranjadas, muito compactas, dispostas de forma irregular à volta de uma das suas vertentes e contendo significativo espólio relativamente contemporâneo à sua construção, e a unidade 033, de características bastante distintas, caracterizada pela fraca compactação das terras escuras de que é composta e que nos parece ter funcionado como uma espécie de piso de circulação de apoio ao nível dos tijolos. Construído sobre a UE 034, que se apresenta como uma camada que se estende por quase toda a sondagem mas já parca



Figura 4. Unidade estratigráfica 035, constituída por um nível regularizado de tijolos e pedras.

em espólio cerâmico, o piso 035 parece ter sido contemporâneo à tão significativa unidade 029, embora, pela análise da sequência estratigráfica seja de construção ligeiramente mais recente¹⁰.

Equacionamos, portanto, o piso 035 como um acesso marginal a um espaço habitacional que se considera ter as suas dependências menos nobres na área intervencionada ou nas suas proximidades, ou mesmo como forma de comunicação com o hipotético forno ponderado a propósito da unidade 029. A disposição pouco cuidada e aleatória dos elementos que constituem o piso revela, por um lado, pouca preocupação com a sua apresentação¹¹ e, por outro, um simultâneo descuido na concretização das motivações práticas relacionadas com a funcionalidade de uma passagem, uma vez que apresenta espaços irregulares intermédios pela inclusão de pedras pouco ou nada facetadas para o efeito.

Por fim, há ainda que referir uma última unidade estratigráfica [036]¹² que cobre a rocha de base [037], servindo-lhe de nivelamento e que se apresenta praticamente estéril a nível de espólio. Curioso é notar que na rocha de base, se verificam diversos entalhes (em número de 9 e a que foram atribuídas respectivamente, as UE representadas na figura 17), que em certos casos seguem alinhamentos sub-circulares entendidos como buracos de poste de sustentação de estruturas efémeras, provavelmente constituídas maioritariamente por madeira. A grande quantidade de pregos e cravos que se fazem representar em quase todas as unidades, mas com especial destaque nas mais antigas, atestam por um lado a presença destas construções tão características destes períodos históricos, erigidas em materiais perecíveis e, por outro, explicam um pouco do



Figura 5. Rocha de Base (unidade 037), onde se podem observar alguns entalhes e buracos de poste de sustentação de estruturas perecíveis.

silêncio material a nível de estruturas que pautou os trabalhos nesta sondagem.

4. Espólio exumado

4.1. Cerâmica

Para além de representar uma das mais frequentes categorias de espólio com que os arqueólogos se defrontam, constitui sobretudo uma janela que abre perspectivas para a compreensão das sociedades que produziram as peças e lhes deram utilização, para além de que nos propiciam um testemunho directo da realização das trocas comerciais e de contactos culturais entre regiões. É nessa perspectiva que o estudo dos 556 fragmentos recolhidos nesta intervenção arqueológica se reveste de importância e muito nos acrescentam às considerações já expostas.

¹⁰ Para uma mais clara compreensão do seu enquadramento estratigráfico atente-se na figura 18.

¹¹ Se se pretendesse aprimorar o piso, conferindo-lhe equilíbrio estético, certamente se procuraria que os tijolos *maneiristas*, dispersos pelo pavimento, se concentrassem nas bermas do piso, onde se disporiam na vertical, rematando a área e conferindo-lhe outro valor simbólico.

¹² Pela profundidade que esta unidade apresentava na quadrícula D4, e pela nula informação que a sua escavação, já finalizada nas restantes áreas, vinha acrescentando à sondagem, considerou-se válida a interrupção da sua intervenção neste sector, e consequente termo dos trabalhos arqueológicos.

O estudo que aqui apresentamos apoia-se num trabalho preliminar de lavagem, marcação, colagem e triagem das peças com base em critérios tecnológicos, separando, por exemplo, cerâmica preta, cerâmica vermelha, cerâmica vidrada e faiança, para que se tornem possíveis análises comparativas com outros conjuntos, procurando seriações cronológicas, de distribuição espacial ou de natureza social e funcional.

4.1.1. Cerâmica preta

A olaria preta ou negra, assim referenciada indistintamente na bibliografia da especialidade, conhecida desde tempos proto-históricos, caracteriza-se por ser produzida através de um processo de cocção em atmosfera redutora ou rica em carbono.

Em concreto, a redução acontece na fase final da cozedura, desencadeada pela obstrução ou “abafar” o lume. Em termos físico-químicos, esta acção impede a entrada do oxigénio e promove a decomposição do monóxido de carbono em dióxido durante a fase de arrefecimento, com a consequente deposição de carbono nas cerâmicas na forma de negro de fumo, o que lhes confere a característica cor preta (Castro, 1997:12-14).

No entanto, a designação de louça preta congrega um universo diversificado de cerâmicas em que a própria coloração das superfícies pode variar dos tons negros mais escuros até os cinzentos mais claros, quer no cerne das peças como nas suas superfícies externas e internas, sejam elas foscas ou polidas. A sua aparência final é por isso variável, mediante vários factores, como a natureza e composição das argilas utilizadas, o seu grau de depuração, acabamentos finais que possa vir a receber ou ainda funções específicas a que se destinem as peças (Teixeira, 1997:20).

No entanto, e a título de curiosidade, referem-se algumas características aglutinadoras deste tipo de cerâmica preta: maior impermeabilização e maior resistência ao lume do que as cerâmicas vermelhas,

simplicidade das suas técnicas de produção, economia do combustível, sabor agradável conferido aos cozinhados sólidos e líquidos, higiene que propicia à alimentação pelo alto teor de monóxido de carbono capaz de impregnar todos os poros evitando que a sujidade e os microorganismos penetrem na pasta, entre outras (Ribeiro, 2003:21).

Na sondagem em estudo apurou-se a totalidade de 57 fragmentos de louça preta, igualmente variáveis na tonalidade apresentada (do preto ao cinza claro), com especial incidência nas unidades estratigráficas 029, 030 e 032 onde se recolheram 46 dos 57 fragmentos.

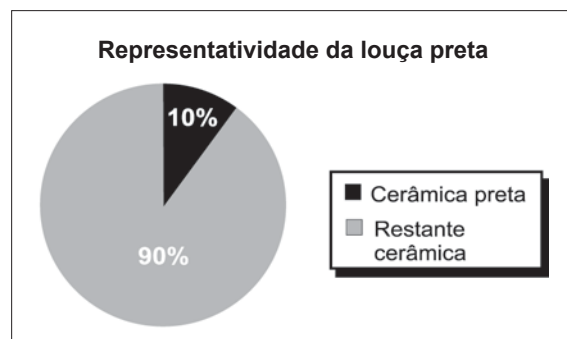


Gráfico 2. Percentagem do peso da louça preta no conjunto cerâmico recolhido no Cabeço do Outeiro.

Reconhecer a importância das áreas geográficas de distribuição das produções de cada grande centro produtor de cerâmica ajuda a compreender dinâmicas de circulação de produtos em teias muito estruturadas de comércio e, neste caso particular, a equacionar a proveniência das peças do CBO. A geografia dos locais de produção de louça preta, estabelecida sobretudo a partir da bibliografia produzida nos séculos XIX e XX, define-se em dois grandes eixos: um no litoral, que do centro de produção do Prado¹³ segue até ao Porto e Gaia e depois continua para Aveiro e Coimbra (áreas onde o fabrico da louça preta convive com a vermelha e vidrada), e outro mais interior (onde a louça preta se torna hegemónica), que se estende de Chaves a

¹³ A designação “Prado” reflecte, acima de tudo, uma afinidade geográfica e etnográfica de uma região, não se reportando portanto a uma freguesia ou lugar específico; corresponde actualmente aos concelhos de Barcelos e Vila Verde.

Vila Real e do vale do Douro ao núcleo de Molelos¹⁴ (Ribeiro, 2003:18).

O centro produtor do Prado¹⁵, que se afigura como um importante centro produtor de louça (preta, vermelha e vidrada) e telha, cuja produção aparece documentada desde o século XIII e que continua ainda hoje a ser uma importante área de extracção de barro e de fabrico cerâmico em Portugal (Fernandes, 1997a:43), está representado em alguns elementos cerâmicos encontrados na sondagem aberta¹⁶.

A superior qualidade de fabrico quer na pasta, quer na decoração, que a louça preta do Prado revelava nos séculos XVI e XVII, impulsionou este centro numa rede de abastecimentos a longa distância que deixa marcas um pouco por todo o Entre-Douro-e-Minho (ob.cit.:43), como comprovam os resultados das escavações arqueológicas realizadas no Mosteiro de Santa Maria de Tibães, na Casa do Infante, no Porto (a 50 km de distância) e provavelmente na escavação do Cabeço do Outeiro, em Lousada, cuja análise aqui propomos.

De proveniência mais directamente relacionável com o centro de produção do Prado apenas possuímos um pequeno fragmento de pasta dura e depurada, de fina espessura, com toque metálico, de cor cinzenta escura (em ambas as faces), com um cerne de tonalidade mais clara e de decoração impressa em pequenos círculos preenchidos a moscovite (mica branca). Trata-se de uma peça singular, recolhida na unidade estratigráfica 027, (que raramente se vê representada em contextos arqueológicos e só se manifesta em casos excepcionais que exijam mesmo algum requinte no seu manuseamento).

As pastas mais duras e depuradas do centro do Prado, com cerne cinzento ou castanho, conhecem, em casos raros, a par dos acabamentos alisados, a referida decoração com aplicação de palhetas de



Figura 6. Fragmento cerâmico com aplicações de moscovite.

moscovite. Trata-se de louça preta mais fina, vocacionada para se destacar num serviço de mesa mais requintado, ou simplesmente como elemento isolado de natureza decorativa. As formas mais representadas para estes casos são a bilha e a caçoila e geralmente são reconhecidas como pertencentes ao 3º quartel do século XVII (Real [et. al.], 1995:89).

No entanto, como Luís Fontes e Isabel Fernandes alertam (1998:359,360), apesar da análise química aos exemplares conhecidos apontar para que essas peças sejam provenientes do centro de produção do Prado (feitas com barro originário dessa região), não é linear afirmar-se que esse tipo de decoração seja exclusivo desse centro, devendo mesmo evitar-se as generalizações, uma vez que se conhece a contemporânea utilização da moscovite na decoração de peças em Guimarães, Felgar e Bisalhães e existem mesmo outros exemplares do género espalhados pelo país. O que pode afirmar-se, segundo estes mesmos autores, é que a utilização de moscovite na decoração de peças correspondeu ao gosto de uma época, pelo que não nos admiraria se nos séculos XVI a XVIII a produção de peças decoradas com moscovite

¹⁴ Hoje em dia praticamente todos os centros de produção de louça preta estão próximos da extinção definitiva.

¹⁵ Há no entanto que diferenciar, dentro da ampla realidade geográfica designada de “Prado”, como explica Araújo (1998:37), especificidades locais de tradição mais arraigada na produção de louça preta, circunscritas às freguesias de Escariz e Parada de Gatim, que parecem ter ficado isoladas, no meio dessa vasta região como únicas freguesias de cerâmica exclusivamente preta, até finais ao século XX.

¹⁶ Sobretudo na cerâmica vermelha, que trataremos de seguida.

se fizesse noutros centros oláricos e não apenas no Prado, apesar de este ser, até ao momento, o único local onde podemos afirmar com forte probabilidade a efectiva produção deste tipo de decoração.

Relativamente à cronologia que propomos para o período de utilização do fragmento proveniente do Cabeço do Outeiro será a segunda metade do século XVII, não só pelo restante contexto estratigráfico já reflectido mas também pelo demais espólio da unidade em questão que remete para esse enquadramento, e que na proposta dos autores anteriores se encaixa na época de difusão plena deste tipo de decoração.

De idênticos acabamentos, denotando um fabrico tecnicamente evoluído pela depuração na pasta, paredes pouco espessas, reduzidas dimensões e bruido caracterizado por um conjunto de linhas espaçadas que atravessam perpendicularmente o bojo da peça, mas sem qualquer decoração com moscovite associada, apuramos, na UE 029, o artefacto visível na figura 22 que acreditamos ter sido igualmente produzido no centro do Prado.

Este centro conhece, no entanto, uma perda de domínio relativamente ao seu controlo hegemónico da produção, na passagem do século XVI para o século XVII, assistindo a uma afirmação progressiva do pólo duriense que lhe passa a fazer concorrência (Barreira; Dordio; Teixeira, 1997:93).

Disseminados pelo vale do Douro alguns centros oláricos, como Mondrões, Lordelo, Gondar, Sta. Marinha, entre outros, ganham então importância e assentem na sua vocação da produção de cerâmica preta. Entre eles, destacamos apenas a freguesia de Gondar, em Amarante (activa na produção de louça negra do século XVII à actualidade), por ser a que mais próxima se encontra de Nespereira – Lousada (em estradas actuais dista apenas 30 km), já estando confirmados como dois dos seus concelhos de comercialização Penafiel e Felgueiras (limítrofes de Lousada), e por se afirmar como uma das mais preponderantes a nível de produção (Fernandes, 1997b:30). A principal característica da olaria de Gondar é a sua superior resistência ao ca-

lor, propiciando às peças a capacidade de uma exposição directa ao fogo, o que direccionou as suas formas para utensílios culinários com especial destaque para a panela, afamada pelo bom gosto dado à comida nela cozinhada, observando-se geralmente abundantes restos de cinzas e marcas de fogo nas suas paredes. À semelhança do que se verificava na restante área geográfica partilhada pelos centros oleiros durienses, a cerâmica era trabalhada em roda baixa e cozida em soenga (ob.cit.:33).

Genericamente, estas produções caracterizam-se por serem muito porosas, friáveis e enegrecidas



Figura 7. Conjunto de bordos de panelas visivelmente fustigados por uma utilização frequente em lume directo da segunda metade do século XVII.

pelo fumo (Real [et. al.], 1995:181). Facilmente identificáveis pelos abundantes restos de cinzas e marcas de fogo nas paredes exteriores, em resultado de uma prolongada utilização na preparação dos alimentos ao lume, reconhecemos vários fragmentos destas panelas na sondagem, sobretudo ao nível da unidade estratigráfica 029¹⁷, pelas formas fechadas, paredes que se adivinham altas e de perfil convexo estreitando para o fundo e para a boca (o que facilita a cobertura com um testó)¹⁸. É uma forma

¹⁷ Relembre-se a ponderação acerca da existência de uma cozinha, neste espaço.

adaptada às cozeduras demoradas, que não necessitam de uma visualização permanente do andamento de cozedura dos alimentos em grande quantidade de meio líquido, como os caldos. (figuras 23 e 24.

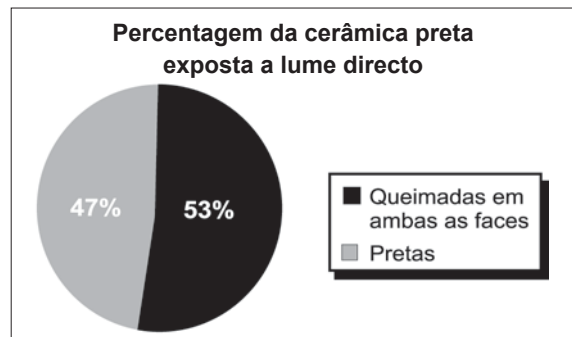


Gráfico 3. Percentagem das peças que apresentam marcas de fogo em ambas as faces, entre o universo das cerâmicas negras.

Verifica-se portanto uma apetência especial das peças negras, quando comparadas com as vermelhas, para ambiências directamente relacionadas com a confecção dos alimentos ao lume, tendo em conta as características já enunciadas, o que se confirma pela preponderante escolha deste tipo de louça, em que as olarias do Douro se especializaram, para contextos de fogo.

4.1.2. Cerâmica vermelha (não vidrada)

A cerâmica vermelha, que se assume largamente preponderante no conjunto da cerâmica inventariada para a sondagem do CBO, é genericamente caracterizada pela coloração vermelha ou alaranjada das suas pastas que, ao contrário da cerâmica preta, gozaram de cozedura em ambiente rico em oxigénio (oxidante).

Mais uma vez, se verificarmos a distribuição do fabrico da louça, neste caso da vermelha, nos séculos XVII a XX, constatamos que percorre todo o país com maior incidência no litoral, coexistindo

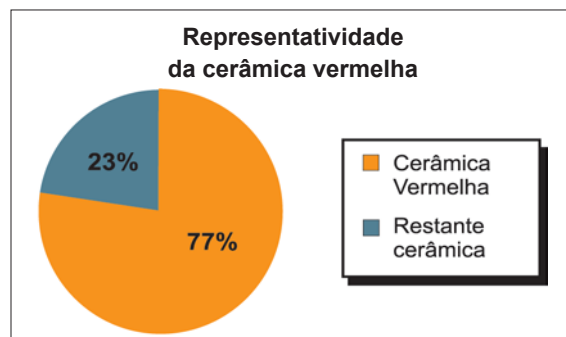


Gráfico 4. Percentagem de fragmentos de cerâmica vermelha, no conjunto total da cerâmica apurada.

com a preta a Norte do Tejo e tendo o monopólio a Sul deste rio (Fernandes, 1997b:33).

Aveiro e Ovar destacam-se como um importante centro de produção da louça vermelha na Idade Moderna e mesmo Contemporânea, apesar da actividade olária se achar já testemunhada desde a primeira metade do século XV (Silva, 1996:54). As características geológicas desta região, em cujo solo abundam jazidas argilosas de qualidade reconhecida (ob.cit.:54), e a natural rede de comunicações favorecidas por uma extensa rede de canais fluviais e pela proximidade do mar, propiciaram o desenvolvimento de um importante núcleo produtor e distribuidor de cerâmica (Amorim, 1998:71). Este centro chega mesmo a ganhar predominância, no que se refere à louça vermelha, na passagem do século XVI para o XVII, relativamente ao hegemónico centro do Prado (Barreira; Dordio; Teixeira, 1997:93). De tipologia¹⁹ muito própria, que contava sobretudo com as formas de tigelas, infusas, alguidares, púcaros e cântaros (Real [et. al.], 1995:179), estas peças apresentavam uma cor viva que tanto as ajuda a reconhecer. Foi por isso de fácil atribuição a este centro oleiro um conjunto de peças encontradas nesta escavação que partilham das suas características.

Tratam-se de peças “*de barro formado em louça encarnada, tão dura quase tão durável como pedra*”, como nos descreve o P.e António Carvalho

¹⁹ A definição de uma tipologia estruturada para um conjunto de formas cerâmicas pode fazer-se utilizando distintos critérios, como sejam os resultantes da silhueta geral e abertura das peças.

da Costa (cit. por Amorim, 1998:73), em que a tigela se assume como a principal forma deste conjunto artefactual. De facto, a morfologia dominante, sem grandes oscilações de tamanho, é a tigela, que apresenta sempre paredes espessas e de tendência carenada, como se pode ver na figura 8, gozando de boa qualidade para conservar a água fresca pela porosidade da pasta. Alguns destes produtos cerâmicos, como Fortunato Temudo (cit. por Nunes, 1998:19) salienta, são bastante perfeitos, tanto no fabrico como na forma, apresentando um perfil admiravelmente simples e belo²⁰.



Figura 8. Reconstituição em 3D de um fragmento de uma tigela do centro produtor Aveiro-Ovar – respeitante à segunda metade do século XVII (Auto-Cad 2006).

O cântaro, considerado a segunda categoria formal mais produzida por este centro, consegue, talvez, a sua representação mais aproximada entre o espólio cerâmico desta escavação, com o bordo que se mostra na figura 27, manifestando uma decoração simples, composta por linhas brunidas verticais na sua superfície externa e paredes substancialmente mais finas relativamente às tigelas anteriormente analisadas.

Não será estranho considerar a presença desta cerâmica em Lousada, uma vez que o Porto, um dos destinos mais conhecidos desta produção, absorvia cerca de um terço destas peças (Silva, 1996:60) e reenviava o excedente para outras regiões nortenhas²¹, funcionando de importante entreposto que chegava a conseguir difundir as peças até à Galiza

(Amorim, 1998:77). Estas transacções, arqueologicamente confirmadas para o século XVII com as escavações na Casa do Infante, faziam circular tigelas calculadas em milheiros²², pelo menos até à década de 70 do século XVIII, altura em que a sua comercialização sofre um decréscimo fixando-se mais num consumo local (Amorim, 1998:78). Esta tendência, no entanto, não se verifica de forma tão linear na sondagem intervencionada, que denota uma presença notável deste tipo de cerâmica ainda em níveis contemporâneos, parecendo mesmo apresentar uma certa constância durante todos os momentos que nos foram possíveis determinar (desde a segunda metade do século XVII à segunda metade do século XIX).

A região das olarias de Aveiro e Ovar não parecem interessadas no abastecimento em louça de fogo, com a excepção de Aradas – onde se recorria ao tradicional fabrico da louça preta, preferida relativamente à de ferro – tendo portanto optado pelo abastecimento em louça vermelha (Dordio, 1999:51).

Quanto ao centro do Prado, vê-se novamente representado no espólio aqui em estudo, agora com cerâmica vermelha, de boa cozedura, exterior castanho ou laranja claro, paredes pouco espessas de cerne acastanhado ou cinzento, onde o cântaro se afigura como forma maioritária. Em muitos casos, o tratamento das superfícies resulta de um brunido ou polimento cuidado (figura 28).

Outras peças, chegam mesmo a ostentar uma gramática decorativa muito rica, visível pela perfuração intensa de toda a sua espessura em algumas partes que as constituem e de que se destacam as asas (figura 29).

Estas asas, de cerne cinzento, tão características deste centro, pertenceriam certamente a um cântaro de dupla asa, em que a segunda - mais pequena - teria apenas uma função de apoio e orientação dos líquidos que conteria o recipiente. Curioso, é notar que o fabrico destas asas em particular, que cremos reportar-se a meados do século XVII, não dotaria a

²⁰ A propósito destas peças, e para maior pormenor, consulte-se as figuras 25 e 26.

²¹ Para além do Minho, a louça de Aveiro-Ovar tinha como destinos habituais a Beira Alta e a Beira Baixa (Amorim, 1998:73).

²² Unidade de medida referente a mil peças.

peça de grande resistência, uma vez que a sua aplicação, posterior à moldagem do cântaro, como se verifica pela análise do encaixe da asa, revestiria a peça de alguma fragilidade.

4.1.3. Cerâmica vidrada

Na totalidade do espólio cerâmico apurado, esta é a tipologia que claramente se revela menos expressiva, correspondendo a apenas 19 fragmentos dispersos entre as unidades 026 e 036, afirmando-se, portanto, tendencialmente nos níveis mais antigos (segunda metade do século XVII).

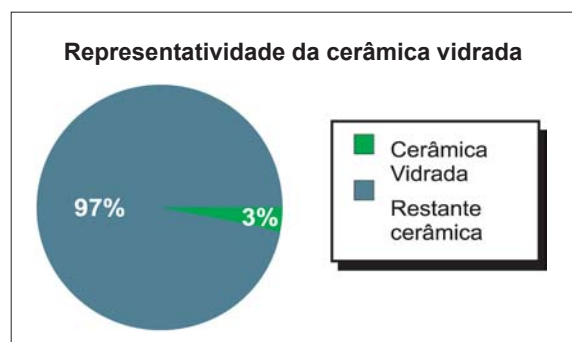


Gráfico 5. Percentagem genérica da louça vidrada no conjunto cerâmico.

Para o distrito do Porto, os documentos de aforamentos e sisas apenas aludem como único abastecedor da louça vidrada no século XVII (cit. por Real [et. al.], 1995:179) o centro de produção do Prado, que fabricava vidrados a chumbo em cores de amarelo, laranja, verde e castanho.

No que concerne às formas apuradas reconheceram-se sobretudo fragmentos que pertenceriam a sertãs e frigideiras – peças que pelas características muito próprias, inerentes à sua função, se incluem sempre neste conjunto cerâmico.

O grupo de fragmentos vidrados em análise enquadrar-se na tipologia das formas abertas, de fundo raso, paredes inclinadas para o exterior, rematadas por asas, muitas das vezes horizontais, junto ao bor-

do para que a manipulação dos alimentos cozinhados saia facilitada (Barreira; Dordio; Teixeira, 1998:164). Surgem, entre o espólio, algumas peças, de perfil mais baixo, com asas de cabo.

4.1.4. Faiança

Sendo a cerâmica um dos indicadores preciosos do nível de evolução tecnológica de uma sociedade, do seu grau de riqueza e do gosto que a caracteriza, a presença significativa de faiança na sondagem intervencionada, cuja proporção no conjunto do espólio cerâmico se perspectiva no gráfico 6, suscita alguma reflexão relativamente a aspectos sócio-económicos inerentes ao habitat rural que procuramos compreender.

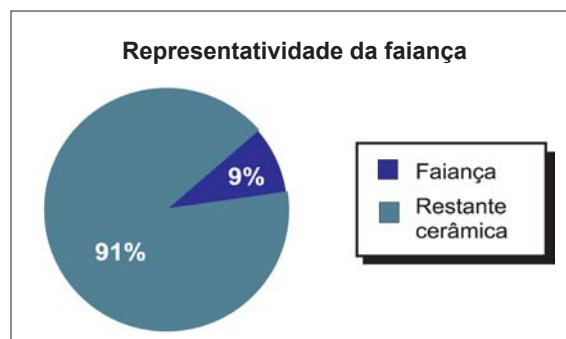


Gráfico 6. Percentagem da faiança recolhida quando comparada com os vários grupos de cerâmica comum.

Como salienta Isabel Maria Fernandes (1999:12), e para o período histórico que nos ocupa, a utilização cerâmica das classes menos favorecidas era bem diferente da utilizada pelas classes detentoras de riqueza, quer em qualidade, quer em quantidade das peças. As classes rurais e citadinas, de poucos recursos económicos recorriam às singelas peças de louça preta ou vermelha fosca e vidrada para suprirem as necessidades elementares, enquanto que a nobreza ou a burguesia utilizavam para satisfação das necessidades uma panóplia mais dilatada de utensílios. A faiança²³, sobretudo a partir do século

²³ Apesar de provir da França, deve o seu nome à cidade italiana de Faenza, onde começou a ser produzida com grande qualidade a partir de princípios do século XVI (Leão, 1999: 15).

XVIII, caracterizada pelo seu vidrado estanífero (com ou sem pinturas) e pastas claras, era a imagem de marca dos seus detentores. Fosse de produção mais grosseira ou mais fina, o que é certo é que o seu fabrico exigia uma técnica apurada e matérias-primas mais caras do que as da loiça vermelha e preta – era uma produção para as elites endinheiradas (Fernandes, 2001:30).

A tendência a que se assiste ao longo do século XVII e especialmente com o advento do século XVIII é à da progressiva diminuição da louça comum (preta ou vermelha) em detrimento do crescimento da louça de faiança (Dordio, 1999:47), sobretudo para contextos domésticos que revelem alguma preponderância social.

A identificação e investigação dos centros de produção de faiança em Portugal nos séculos XVI e XVII continua a revelar-se matéria muito obscura, apesar de se terem identificado alguns centros em Lisboa, que se considera ser um dos mais importantes núcleos de produção (Barreira; Dordio; Teixeira, 1998:151), e em Coimbra (Real [et. al.], 1995:184).

No que se refere ao espólio proveniente desta intervenção e para facilitar a análise dos fragmentos de faiança optou-se por seguir a metodologia seguida na intervenção arqueológica da Casa do Infante (Barreira; Dordio; Teixeira, 1998:152-154), optando por dividir o conjunto em grupos de estudo, atendendo sobretudo a aspectos de índole decorativa.

Assim, consideramos um primeiro grupo, de apreciável representação no universo dos três conjuntos, constituído por louça grosseira, de esmalte bege/ amarelado muito fino que se degrada com alguma facilidade, decorado de forma simples com filetes azuis no fundo ou junto dos bordos, reportando-se sobretudo a duas formas que se identificaram às tigelas e aos pratos. Este grupo, de inspiração reconhecidamente europeia (sobretudo italiana e espanhola), começa a aparecer no registo arqueológico a partir do primeiro quartel do século XVII (Dordio; Teixeira; Sá, 2001:140), e prolonga-se no tempo, sendo que no caso do nosso conjunto estilístico se considera adequado enquadrá-lo em meados de Seiscentos (fig. Xxx).

O segundo grupo, claramente mais representado pela quantidade de peças apuradas, alude a uma



Figura 9. Faianças monócoras com filetes em dupla linha a azul.

louça igualmente de tradição europeia, mas mais fina, com motivos e figurações pintados em azul que mostra preferência por representações geométricas ou figurativas vegetalistas. Uma forma de organização decorativa muito frequente para este género de representações são as sobejamente conhecidas *rendas* e *contas* que preenchem com bandas duplas ou simples as abas dos pratos remetendo, com alguma segurança, para datas posteriores ao segundo quartel do século XVII (ob.cit.:142) doze dos fragmentos cerâmicos encontrados na sondagem em Nespereira (figura 9)

Correspondendo ao último grupo de faianças, para o qual encontramos apenas dois fragmentos, destacamos um tipo de louça fina, igualmente com figurações mas pintada a azul e vinoso, alternando as duas cores.

Numa das peças constatamos, um motivo já conhecido – as *contas* –, mas que se salienta dos demais fragmentos pela superior qualidade, visível quer pela consistente espessura e regularização do esmalte quer pelo cuidado aprimoramento da gramática decorativa pintada na sua face interna, tratando-se de três fiadas de contas azuis, descentradas entre si e separadas por finas bandas em tom vinoso que serpenteiam entre as contas (figura. 12).

Para o outro fragmento, (figura 13), de cronologia mais tardia, encontramos um tipo de repre-



Figura 10. Fragmentos de faiança com decoração do tipo "rendas".



Figura 12. Aba de prato em faiança com decoração do tipo "contas" a policromático.



Figura 11. Fragmentos de faiança com decoração do tipo "contas".

sentação muito padronizada que conta sempre com duas linhas concêntricas em azul com um ou dois espaços e, entre elas, surge o preenchimento com rabiscos alongados em vinoso. Esta louça, em contraste com tendências decorativas do mesmo período que denotam acentuada sobriedade, procura uma espécie de caricatura da tradição decorativa barroca anterior (Barreira; Dordio; Teixeira, 1998:158).



Figura 13. Fragmento em faiança – louça do brioso.

inícios do XVIII), onde apareceu o fragmento do tipo *Brioso*²⁴ a que nos reportamos (ob.cit.:155).

A faiança encontrada na sondagem do Cabeço do Outeiro ao distribuir-se sobretudo pelas unidades 029, 030 e 033 mostra-se contemporânea ao período áureo da difusão da faiança portuguesa – séculos XVII²⁵ e XVIII. O século XVII que assiste a um crescimento espectacular da faiança motivado pelas importantes inovações técnicas tendentes à qualidade das pastas, vidrados e moldagens acaba mesmo por ser conhecido como “o século da faiança portuguesa” (Dordio; Teixeira; Sá, 2001:138 -140).

Sobretudo correspondendo a duas formas abertas principais - tigelas e pratos - as peças recolhidas no decorrer da escavação destinavam-se ao serviço de mesa, contribuindo para esta função as características intrínsecas da faiança relacionadas com a impermeabilidade e limpeza. Deve-se no entanto salientar a multiplicação de formas que as peças conhecem com a faiança, caminhando para uma especialização (uma forma – uma função) dividida por preocupações quotidianas diversas (serviço de mesa, cuidados de higiene, decoração, preparação de alimentos e farmácia), que contrasta com a polivalência funcional das peças de barro vermelho ou preto que ao longo de séculos serviram as necessidades básicas de uma população rural e pobre. Refinam-se os sabores, logo os pratos, como sugere Paulo Dordio (2001:138).

4.2. Metal

Ao contrário do que sucede com a cerâmica que constitui, grosso modo, um testemunho material muito resistente à passagem do tempo, outros objectos, como é o caso do espólio metálico, sofrem processos de degradação mais acelerados, acabando alguns por desaparecer quase sem deixar traços arqueológicos.

Ainda assim conseguimos reconhecer várias formas e estabilizar algumas peças metálicas em avan-

çado estado de corrosão, com a ajuda de um laboratório especializado na conservação e restauro de artefactos arqueológicos diversos. Referimo-nos concretamente à lâmina de um canivete com dois apliques em cobre ou liga de cobre, (figura 14), a um colchete, a um hipotético compasso de pedreiro/marceneiro, a uma meia ferradura, a vários pregos e cravos, e a uma medalhinha.



Figura 14. Lâmina de navalha em ferro com dois apliques em cobre.

Podemos considerar a generalidade deste espólio metálico em três momentos de ocupação do espaço. Numa fase mais recente, correspondendo à unidade estratigráfica 011 que se afigura como o primeiro estrato arqueológico escavado relativamente bem conservado, enquadram-se a lâmina de navalha, o colchete e o compasso de pedreiro/marceneiro (?) que certamente conheceram utilizações compreensivelmente distintas em termos funcionais, mas temporalmente coevas entre si e que balizamos nos finais do século XVIII. Recuando aproximadamente uma centúria, fixando-nos na segunda metade do século XVII, encontramos o segundo momento em que aparece espólio metálico, desta vez representado por meia ferradura (partida intencionalmente?), da UE 029, e por uma medalha, da UE 033, que

²⁴ Estilo de louça muito característico de Coimbra com forte personalidade decorativa nas pinturas a azul e vinoso.

²⁵ Foi o início de uma “moda” propagada por todas as nações europeias que em experiências e tentativas durou, sem interrupção, até ao princípio do século XIX (cit. por Calado, 2001:17).

com muitas probabilidades teriam igualmente partilhado o mesmo período de utilização. Definindo agora o terceiro horizonte cronológico para a disseminação do espólio metálico pelos níveis de ocupação há que considerar um tempo longo que acompanha praticamente a totalidade dos estratos arqueológicos, compreendido entre a unidade 011 e a 029, pontuado pela presença assídua de cravos e pregos, em ferro, denunciando provavelmente uma intencionalidade construtiva efêmera caracterizada por estruturas em madeira ou pela frequente utilização deste recurso perecível como complemento a edificações pétreas que não nos foram possíveis identificar.

Pela singularidade do achado gostaríamos de destacar, entre as restantes peças, a medalhinha em cobre descoberta na unidade 033 (figura 31).

Trata-se, provavelmente, de uma medalha de terço, pelo que consideramos pertinente a existência de uma conta em azeviche nas imediações do local onde foi recolhida a medalha, equacionando-se a possível relação entre estes dois elementos. Apesar da elevada corrosão do cobre deixar pouco claros alguns elementos iconográficos impressos nas faces ovais da medalha, parecem-nos válidas algumas leituras. Na sua face principal verificamos uma representação de Nossa Senhora coberta por uma longa veste repleta de pregas com o menino Jesus ao colo do seu lado esquerdo, sendo provável que ambos se apresentem ostentando coroas (hipótese colocada com muitas reservas). Aos pés de Nossa Senhora pode observar-se uma cabeça de anjo alada (querubim), centrada na base da medalha, e por cima da cabeça de Nossa Senhora, no topo da medalha, suspensas no ar, duas pombas viradas uma para a outra. A componente particular desta representação prende-se com a alusão material a um edifício religioso confirmado pelas cruzes suspensas em cada um dos pináculos nas extremidades do telhado desse mesmo edifício, que na sua parede visível se retalha em subdivisões quadrangulares e rectangulares, sugerindo janelas de um mosteiro,

dispondo-se como imagem de fundo por trás de Nossa Senhora. Esta combinação da vertente terrena com a espiritual não nos parece muito habitual neste tipo de figurações e leva-nos a equacionar a hipótese de se tratar de uma representação de Nossa Senhora de alguma forma relacionada com uma entidade monástica. No verso, encontramos a habitual representação de Cristo crucificado, onde, no topo e ainda dentro da cruz (desenhada com algum cuidado estilístico), parece vislumbrar-se um ténue arranque das siglas *INR* (Jesus Nazareno Rei dos Judeus), mas com uma margem grande de incerteza. Mais nítida é a inclusão de dois anjos virados para Jesus na parte inferior da medalha, sugerindo uma postura de genuflexão.

A grande dúvida que permanece prende-se com a tentativa de identificação da representação da Nossa Senhora, que aqui procuramos entender.

Como nos explica Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1979:10-13), o aumento da devoção à Virgem através da multiplicação das capelas e da estimulação do imaginário com a arte gótica, a partir de finais da Idade Média, motivou a multiplicação dos seus nomes. Uma das consequências é a mudança do nome de Santa Maria, com que ainda se designava habitualmente a Virgem no século XVI, para o de Nossa Senhora. Afirmam-se, por isso, em época Moderna, as devoções à Virgem do Rosário, do Carmo e da Boa-Morte, contribuindo para este fervor o intensificar do culto às almas do Purgatório, que se impõe como uma das mais fortes práticas religiosas deste período no Norte de Portugal. Esta veneração, exclusivamente mariana, divulga e fomenta a fé em Nossa Senhora do Carmo, das Almas e do Rosário, sendo através de rezas a esta última invocação que a Alma poderia, sem perigo, chegar ao Céu²⁶. É por isso que as Confrarias do Rosário substituem em muitas terras portuguesas, nos séculos XVII-XVIII, as das Almas e passam a ser, sem qualquer dúvida, as mais numerosas.

A medalha sobre a qual propomos aqui reflexão

²⁶ É nestas crenças que se origina o hábito dos defuntos se fazerem sempre acompanhar por um terço que levariam para a sepultura e da sua morte ser conduzida por velas acesas onde não faltaria a recitação do rosário.

perpassa este horizonte religioso, por se enquadrar temporalmente na segunda metade do século XVII, e encarnaria, possivelmente, muitos dos anseios e preocupações desta época.

4.3. Material de construção

Considerando a importância da estrutura [035], como único pólo evidente de gestão de espaços e reconhecendo o potencial informativo que os tijolos, neste caso, são capazes de nos fornecer, consideramos pertinente referir sucintamente algumas das suas características.

A totalidade dos fragmentos pertencentes ao nível dos tijolos que nos foi possível estudar, visto que a abertura da estrada terá arrasado com uma parte desta estrutura, aponta para quase nove dezenas de pedaços significativamente completos nas suas formas. Posto isto, facilmente compreendemos a necessidade da sua divisão em duas formas distintas: o tradicional tijolo paralelepípedo e um outro tipo a que vulgarmente se designa de tijolo maneirista.

Relativamente aos tijolos de tipologia tradicional, foram apurados cerca de 60 fragmentos, afirmando-se como a larga maioria entre os elementos constituintes da UE 035. Estes tijolos caracterizam-se por apresentarem medidas entre os 9,5 e os 11,5 cm de largura e uma espessura entre os 6 e os 8 cm. O comprimento e o peso foram apurados tendo em conta a forma mais completa, o que respectivamente se situa nos 25,5 cm de comprimento e nos 1,300 kg de peso.

Os tijolos maneiristas, de que se destaca o exemplar da figura 15, representam sensivelmente 27% da totalidade dos tijolos, reportando-se a larguras que oscilam entre os 10,5 e os 11 cm e a uma espessura fixa de 6 cm. A forma mais completa rondará os 18 cm de comprimento (na sua medida mais longa) e tem como peso 1kg.

Apesar das diferenças morfológicas, os tijolos partilham de algumas características comuns, como, a constituição da pasta (alaranjada, com poucos elementos não plásticos, entre os quais quartzo leitoso, mica, chamota e palha), o desgaste no centro, não pela utilização mas pela técnica de fabrico, e o peso consideravelmente leve.



Figura 15. Tijolo de morfologia *Maneirista* usado na construção da estrutura [035].

4.4. Outros achados relevantes

Apesar da reduzida expressão que alguns materiais manifestam, no contexto do espólio exumado, não queríamos deixar de os invocar como presentes na intervenção arqueológica decorrida. Referimos particularmente aos líticos e aos vidros.

Não obstante os líticos pertencerem ao grupo material mais estável a nível da perpetuação de informação arqueológica pela sua resistência e durabilidade, existem apenas dois artefactos que foram recolhidos na unidade 029. Trata-se de um movente de moinho manual oblongo de tipologia pré-histórica que se pode observar na figura 32 e de uma pedra talhada de forma discóide de função indefinida.

Os vidros vêem-se representados em duas pequenas lascas incolores muito finas e numa conta ovalada igualmente translúcida, de pequenas dimensões, que rondará os 0,4 (0,8) cm de largura e os 0,8 cm de altura.

5. Contributo das fontes históricas

Apesar de toda a propriedade rústica ou urbana de Lousada se encontrar nas mãos de igrejas, mosteiros e ordens militares a partir do século XIV, como refere Eugeneo Freitas (cit. por Magalhães 2002:4²⁷), há que ter em conta uma antiga nobreza de grande linhagem possuidora de avultados recursos, que embora em muitos casos venha a desaparecer ou se afaste do concelho, noutros permanece apenas adormecida.

Parece-nos ser esse o caso da Casa do Cáscere, conhecida em períodos mais recuados como casal do Carcere, detentora de grandes terrenos na Idade Moderna perpetuados num dilatado território que ainda hoje domina Nespereira e de que é caso particular a área afectada pela abertura da sondagem de que nos ocupamos.

No caso específico do casal do Carcere era ao Mosteiro de Vilela do Concelho de Paredes que se tinha concretizado a doação (ob.cit.:4), seguindo o impulso religioso, tão comum na época, de salvação das almas. O que acaba por acontecer, na maior parte dos casos, é que a vastidão e a dispersão do património fundiário do Mosteiro propiciam uma administração indirecta dos seus bens, alienando o direito útil da terra a terceiros que mediante o pagamento de uma determinada quantia em géneros e/ou dinheiro as exploravam – reservando-se apenas o direito de as vender ou trocar ao mosteiro que as tutelava. Era entre esses lavradores, a quem se aforavam as terras, e a quem se refere Eugeneo Freitas (cit. por Magalhães 2002: 5) como *“homens plebeus, outros, porém pertenciam já a famílias nobres, porventura ramos seculares ou decaídos de antigos troncos”*, que se firmava a nova Nobreza de Lousada.

O poder local agitava-se portanto ao sabor da vida económica das comunidades rurais que por sua vez dependiam da agricultura, o que fazia com que a posse de terra fosse a condição por excelência para

o reconhecimento do prestígio social. Esta conjuntura vê-se plenamente satisfeita com a Casa do Cáscere que reúne todas as vertentes necessárias para que daí saíssem “as pessoas principais das terras”, “melhores da terra” e as “pessoas de melhor nobreza” que dominassem o papel da liderança regional. Não nos estranha portanto que na linhagem do século XVII e XVIII, na casa do Cáscere, nos apareçam quatro personalidades ligadas a cargos superiores do exército, ocupando o lugar de capitão e sargento-mor de Lousada (ob.cit.:18), atestando a primazia social alcançada.

É sobre este pano de fundo de relações de dominação / preponderância sócio económica da Casa do Cáscere²⁸ que se deve ponderar a vivência concreta do Cabeço do Outeiro, para os séculos XVII e XVIII, e enriquecer as reflexões arqueológicas que tecemos sobre o sítio.

6. Conclusão

Considerando-se os trabalhos de abertura da via que rasgaram em 15 metros de largura os terrenos afectos ao sítio arqueológico aqui estudado, importa questionar a área de destruição irreversível que o local sofreu.

A escavação revelou, no entanto, um habitat rural da Idade Moderna com uma ocupação contínua do século XVII a meados do século XIX, com particular incidência na sua utilização doméstica durante o século XVII. A clarificação deste horizonte cronológico foi possível sobretudo pela análise das cerca das cinco centenas e meia de fragmentos cerâmicos provenientes, em muitos casos, de característicos centros de produção e reportando-se a motivos decorativos bem datados no tempo, de que se referem, a título de exemplo, as tradicionais *contas* e *rendas* na faiança. Este precioso contributo material não suprime, ainda assim, a ausência de estruturas, nem contorna o silêncio material que

²⁷ Para o aprofundamento deste tema sugere-se a consulta do artigo de Pedro Magalhães relativa à casa do Cáscere, publicado nesta revista, e cujos dados se afiguraram preciosos para a pequena nota histórica que procuramos aqui traçar.

²⁸ Cujo proprietário actual é o Sr. António Basílio Carneiro Leão, que amavelmente nos deu autorização para a realização dos trabalhos arqueológicos.

caracterizou a intervenção arqueológica, antes potenciando o grau de incerteza com que se perspectiva o local, pelo que são várias as questões que permanecem em aberto. Porque se teria implantado este habitat numa vala tão apertada e de considerável profundidade? Que funcionalidade concreta teria o piso incompleto que encontrámos? Que prática se esconde por trás de tamanho volume de cinzas representado pela UE 029?

Estas e outras perguntas só poderiam conhecer novas reflexões se uma nova sondagem fosse aberta

nas proximidades da actual (ou considerando mesmo o alargamento da existente), o que mesmo assim não seria condição *sine qua non* de novos resultados.

Ficam apenas lançadas renovadas perspectivas de estudo para a compreensão da ocupação humana de uma região que parece ter-se cristalizado numa rede de povoamento rural dispersa baseada nos seus laços telúricos, com pólos de liderança local geradores de prestígio e manipuladores de riqueza, de que se destaca ainda hoje a Casa do Cáscere e todos os amplos territórios que domina.

Bibliografia

ALMEIDA, C. A. de (1979) – O Culto a Nossa Senhora, no Porto, na época Moderna. Porto: Centro de História U. Porto.

AMORIM, I. (1998) – A olaria de Aveiro, no século XVIII: continuidade e desenvolvimento. *In Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*, Nº 2. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, p.70-80.

ARAÚJO, A. (1998) – As Louças de Prado: Notas para a história da louça preta. *In Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*, Nº 2. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, p.29-49.

BARREIRA, P.; DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. (1997) – O ciclo da louça/Comercialização – A presença de louça preta no mercado do Porto (sécs. XVI a XVIII). *In A louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto: CRAT, p.87-93.

BARREIRA, P.; DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. *In 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p.145-184.

CALADO, R. (2001) – Breve Historial da Faiança em Portugal. *In Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Museu Nacional Soares dos Reis, p.15-25.

CASTRO, F. (1997) – Caracterização físico-química e estudo laboratorial da louça preta em Portugal. *In A louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto: CRAT, p.12-14.

DORDIO, P. (1999) – Louça de cozinha da época moderna descoberta em escavações arqueológicas no Porto. *In Actas do IV Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, p.46-51.

DORDIO, P.; TEIXEIRA, R.; SÁ, A. (2001) – Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia. *In Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Museu Nacional Soares dos Reis, p.119-164.

FERNANDES, I. M. (1997a) – As olarias de louça preta de Prado. *In A louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto: CRAT, p.43-45.

FERNANDES, I. M. (1997b) – Os centros produtores. Sua geografia - Locais de produção. *In A louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto: CRAT, p.28-33.

FERNANDES, I. M. (1999) – Do uso das peças: di-

versa utilização da louça de barro. *In Actas do IV Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, p.12-39.

FERNANDES, I. M. (2001) – Formas e funções da Faiança Portuguesa Oitocentista. *In Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Museu Nacional Soares dos Reis, p.29-51.

FONTES, L.; FERNANDES, I. M. (1998) – Peças de louça preta decoradas com moscovite encontradas nas escavações arqueológicas do Mosteiro de S. Martinho de Tibães. *In 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p.355-363.

LEÃO, M. (1999) – A cerâmica em Vila Nova de Gaia. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

MAGALHÃES, P. J. (2002) – A Casa do Cáscere 1479-1859. Coimbra. (Policopiado - trabalho de Seminário de final de Licenciatura sobre o *Poder Local*)

NUNES, H.; FERNANDES, I. M. (1998) – Coleção de desenhos de peças de olaria encontrados no espólio de Manuel Monteiro. *In Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*, Nº 2. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, p.3-28.

REAL, L. M [et. al] (1995) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX. *In 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p.171-186.

RIBEIRO, M. (2003) – A olaria preta de Coimbrões. Porto: FLUP.

SILVA, A. M. (1996) – Cerâmica tradicional na Região de Aveiro. *In Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*, Nº 1. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, p.53-77.

TEIXEIRA, R. (1997) – Cerâmica preta: “olhar” do arqueólogo. *In A louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto: CRAT, p.17-23.

Cartografia

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: *Folha 112* [Material cartográfico] Serviços Cartográficos do Exército - Escala 1:25.000. Série M888 - Lisboa: S.C.E., 1998

CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL: *Folha 9D/ Penafiel* [Material cartográfico] Serviços Geológicos de Portugal - Escala 1:50.000. Lisboa: S.G.P. 1981.



Figura 16. Plano do conjunto das valas abertas na unidade estratigráfica 012.

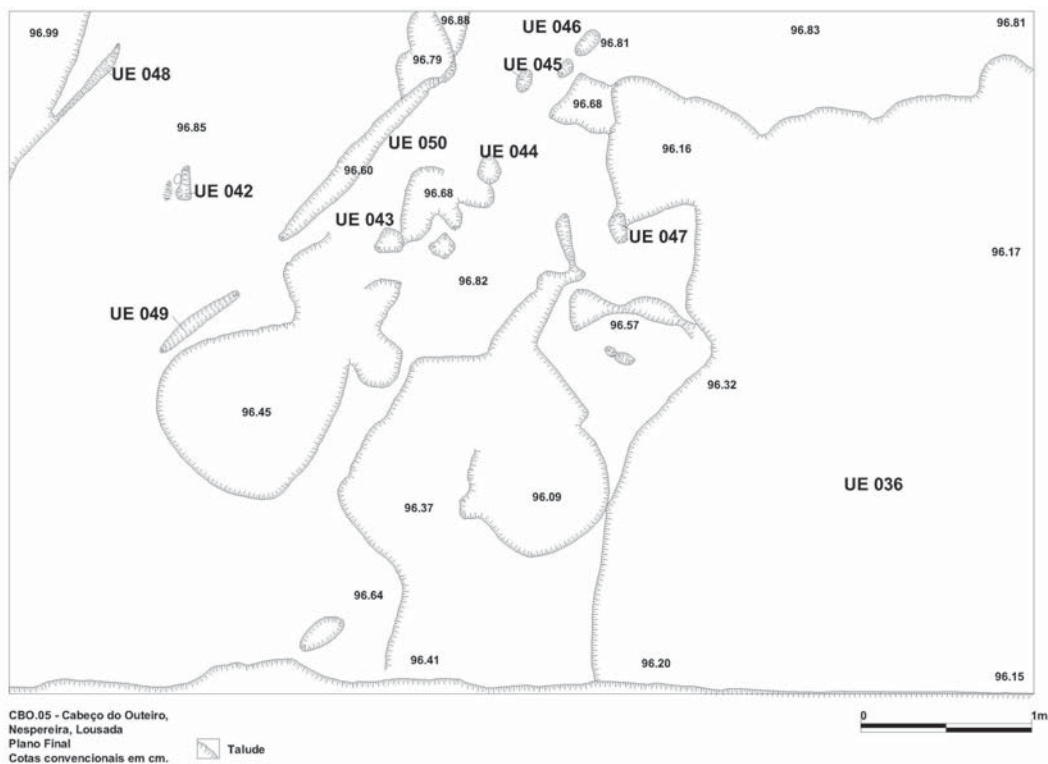


Figura 17. Plano final dos trabalhos arqueológicos.



Figura 18. Plano da unidade 035 e sua relação estratigráfica na sondagem.

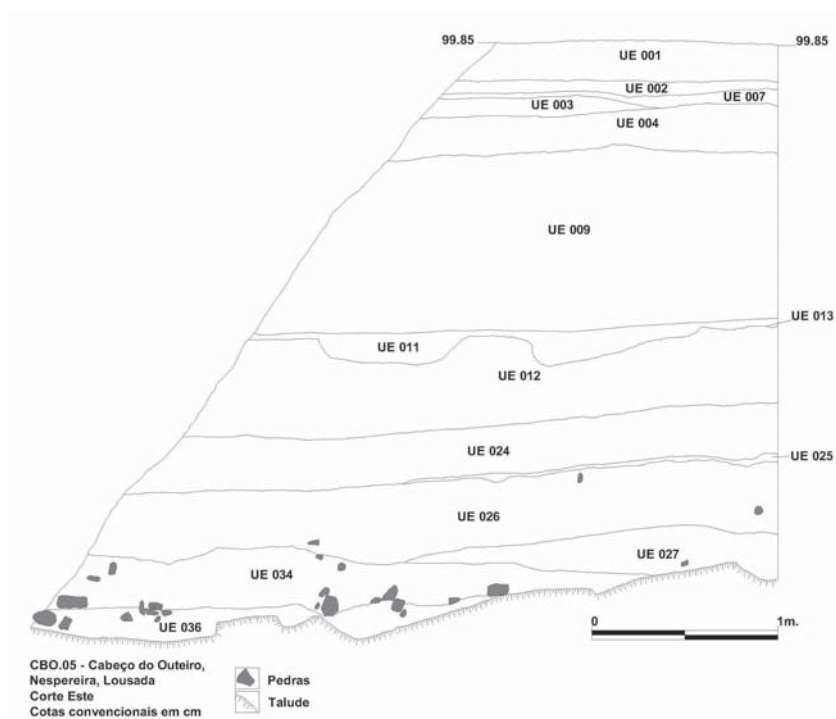


Figura 19. Corte Este da sondagem intervencionada.

Figura 20. Corte Oeste da sondagem intervencionada.

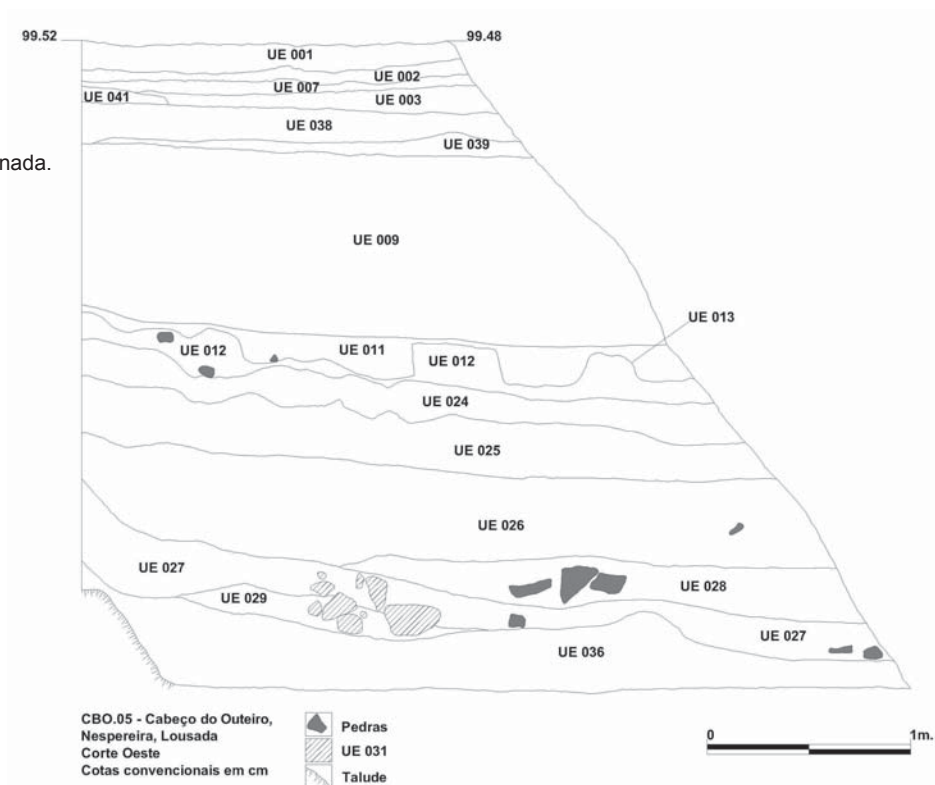




Figura 21. Corte Sul da sondagem interveniçionada.

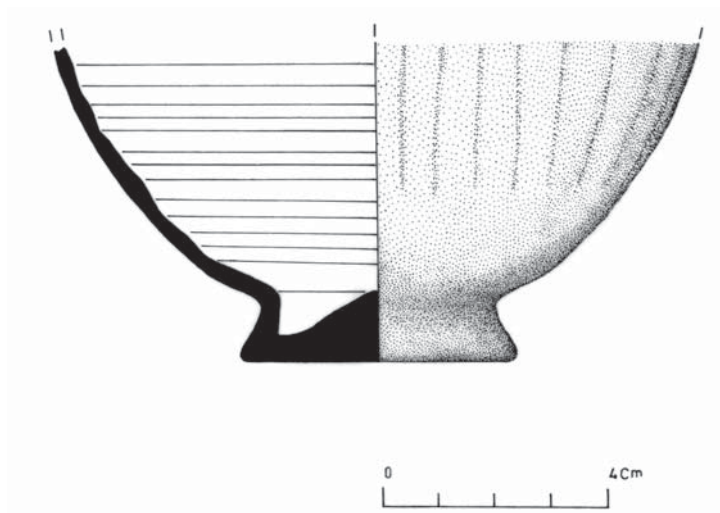


Figura 22. Fundo de tigela em louça preta, de paredes finas, suavemente brunido e de ônfalo bem pronunciado.

Figura 23. Bordo de panela em cerâmica preta, com caneluras, adaptado à cobertura com um testó.

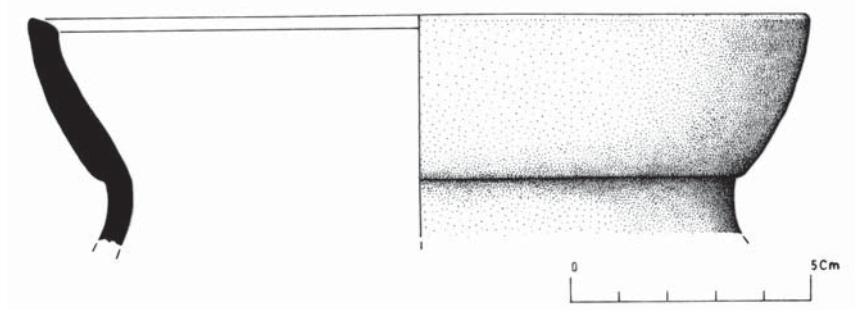
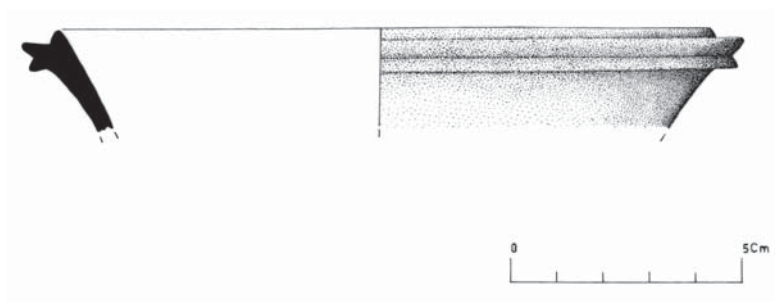


Figura 24. Bordo de panela em cerâmica preta coberto de fuligem.

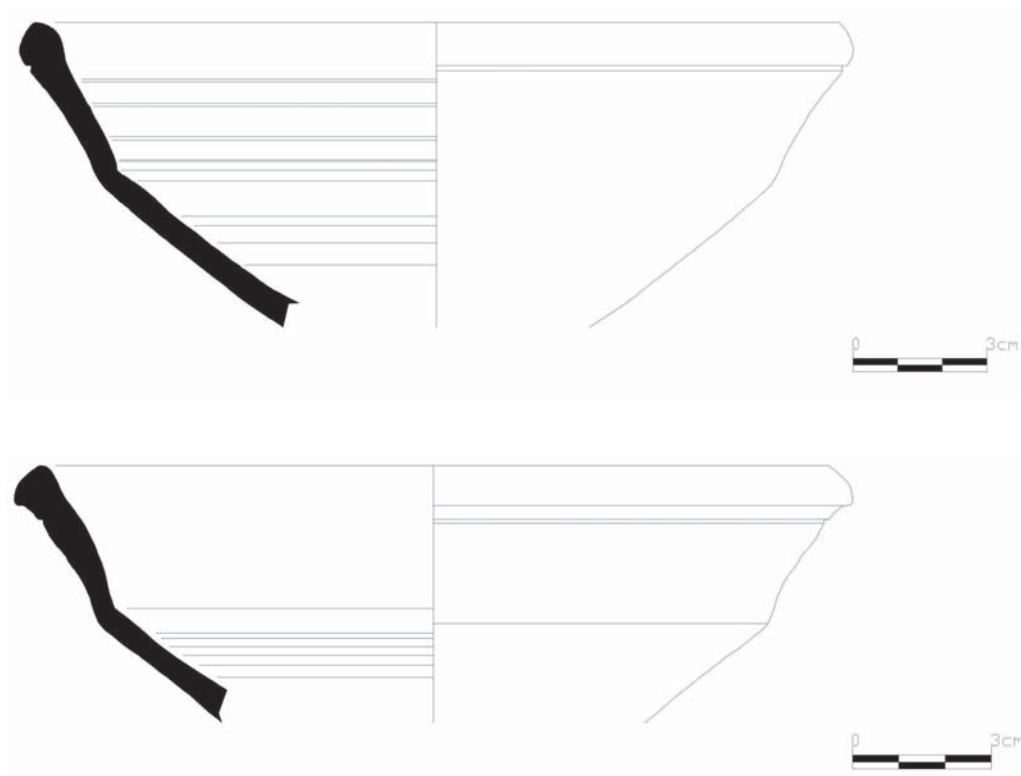


Figura 25. Tigelas carenadas do centro de produção Aveiro-Ovar.



Figura 26. Fundo de tigela produzida no centro no centro Aveiro-Ovar.

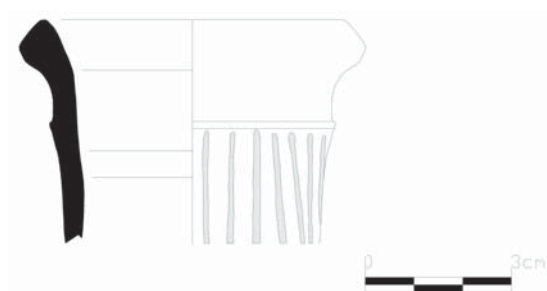


Figura 27. Bordo brunido de cântaro do centro cerâmico Aveiro-Ovar.

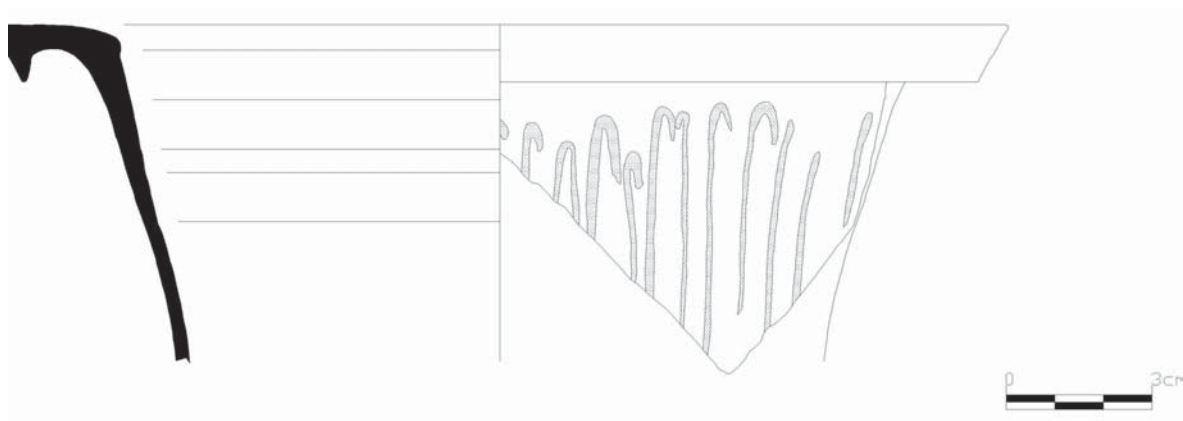


Figura 28. Bordo de cântaro em louça vermelha, com decoração brunida arrastada, do centro de produção do Prado.

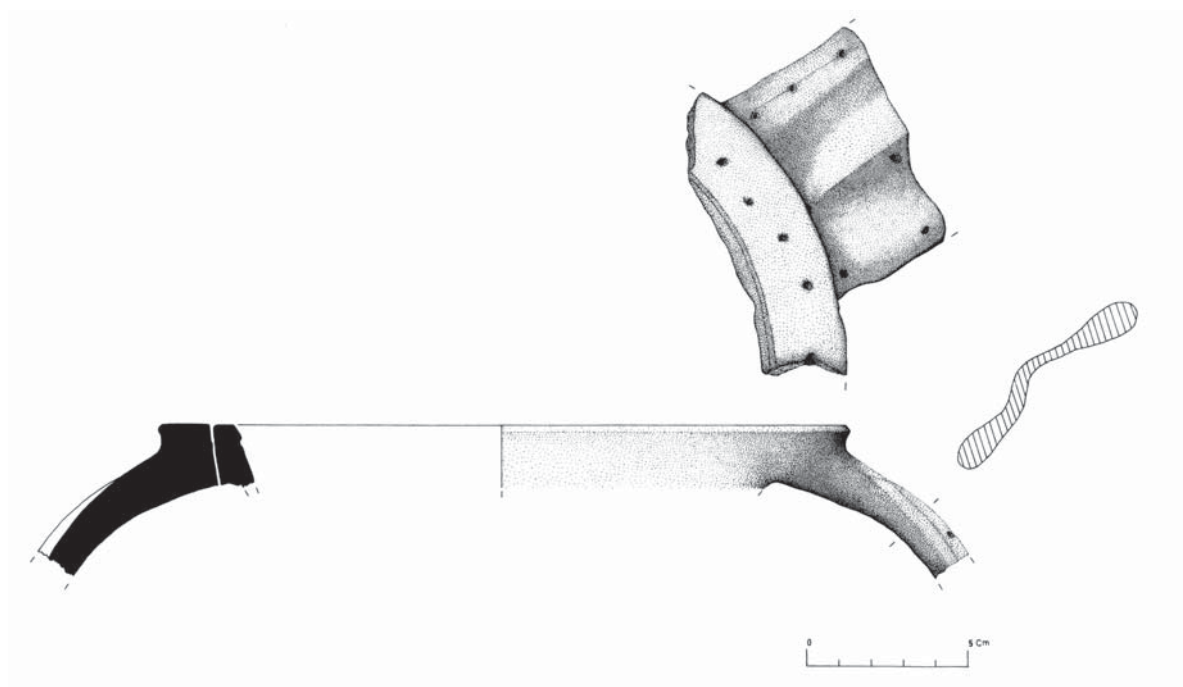


Figura 29. Asa/bordo de cântaro em louça vermelha, do centro de produção do Prado, perfurada em toda a sua espessura.



Figura 30. Fundos de cântaros em louça vermelha, produzidos no centro de produção do Prado.



Figura 31. Medalha de terço em cobre, de meados do século XVII, alusiva ao culto a Nossa Senhora (frente e verso).

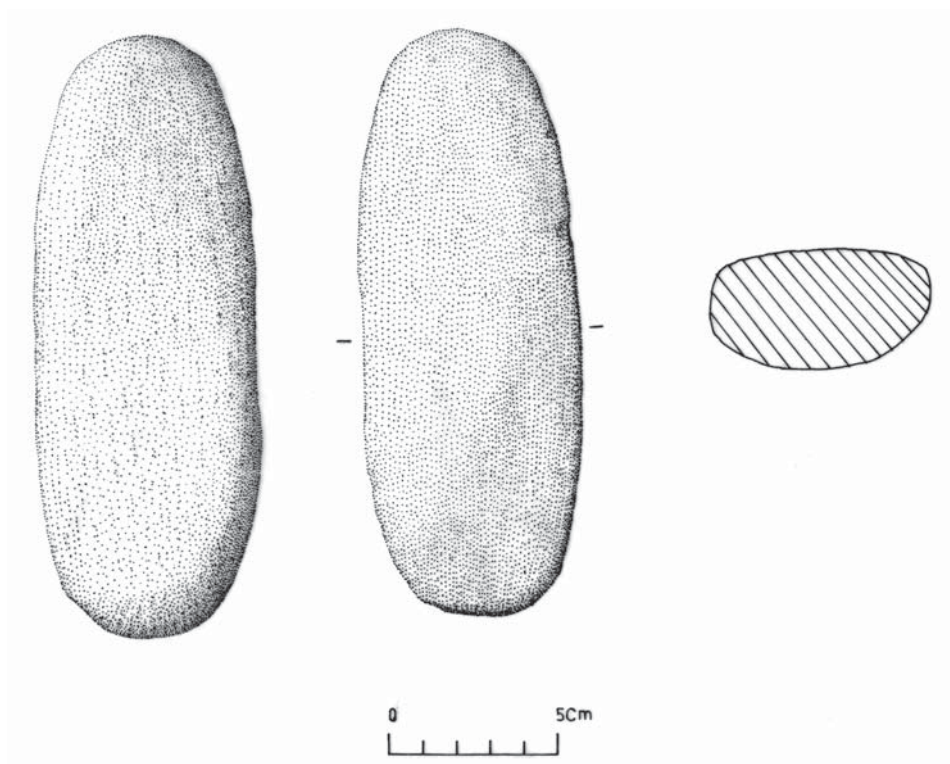


Figura 32. Movente de moinho manual de tipologia pré-histórica.

Tabela de caracterização das unidades estratigráficas

UE	Caracterização	Inclusões culturais	Interpretação estratigráfica
001	Unidade homogénea, de coloração cinzenta clara (esbranquiçada), composta por cimento e gravilha (tubenã) e por isso extremamente compacta.	Nenhumas	Ocupação - séc. XXI (estaleiro de obras)
002	Unidade homogénea, saibrosa, de coloração amarelo-clara e textura granulosa muito compacta.	Nenhumas	Ocupação - séc. XXI (estaleiro de obras)
003	Terras saibrosas, amarelas-acinzentadas de textura granulosa.	Nenhumas	Ocupação - séc. XIX
004	Terras acastanhadas, pouco compactas, de grão médio, idênticas às da EU 041.	Nenhumas	Ocupação - séc. XIX
005	Interface de vala que interrompe totalmente as UE 004/041 e parcialmente a UE 009, caracterizado pela forma côncava e pouco estruturada que apresenta.	Nenhumas	Interface de vala séc. XX
006	Terras heterogéneas, saibrosas, de textura granulosa e coloração amarelada.	Nenhumas	Enchimento de vala séc. XX
007	Terras muito compactas, de coloração acinzentada e textura fina.	Nenhumas	Ocupação - séc. XX (caminho de servidão)
008	Tubo de P.V.C. que serviria de apoio à casa da eira próxima da sondagem.	Nenhumas	Estrutura - séc. XX
009	Terra homogénea, de coloração castanha, com alguma compactação às suas cotas superiores onde apresenta abundantes raízes.	Ocasional cerâmica doméstica (15 fragmentos) - séc. XIX	Ocupação - séc. XIX
010	Terras amareladas heterogéneas na sua composição.	Telha	Enchimento de vala séc. XX
011	Terras muito pouco compactas, de textura granulosa e coloração castanho-claro.	Ocasional cerâmica doméstica (10 fragmentos) - final do século XVIII e 4 metais, entre os quais, um colchete, um canivete em ferro e um compasso de pedreiro (?)	Ocupação séc. XVIII
012	Terras saibrosas, pouco consistentes, de textura granulosa e deposição irregular por ação antrópica ou natural, apresentando-se sobre a forma de valas paralelas entre si, em número de onze e de coloração amarelo-claro. Contem abundantes raízes.	Nenhumas	Ocupação - séc. XVIII
013	Interface da UE [012].	Nenhumas	Interface da UE [012] Ocupação - séc. XVIII

Continua

Continuação

UE	Caracterização	Inclusões culturais	Interpretação estratigráfica
024	Terras pouco compactas, de textura fina, coloração castanha.	Ocasional cerâmica doméstica (16 fragmentos) - final séc. XVIII; ocasionais metais	Ocupação - séc. XVIII
025	Terras saibrosas, pouco compactas, de textura granulosa e coloração amarelada (amarelo-claro). Por comparação à UE [012] que apresenta composição similar, a sua granulometria é mais fina.	Nenhumas	Ocupação - séc. XVIII
026	Terras de coloração castanha, textura arenosa, pouco compactas, homogêneas na sua composição. Contem algumas pedras de pequeno porte e algumas raízes.	Abundante cerâmica doméstica (79 fragmentos) (79 fragmentos) - finais séc. XVII, princípios do XVIII; ocasionais metais e telhas	Ocupação séc. XVIII/XVII
027	Terras castanho-escuras, de grão fino com manchas de carvões e inclusões pontuais de raízes (menos que na UE 026). Comporta algumas pedras de pequeno porte.	Alguma cerâmica doméstica (29 fragmentos) - 2ª metade do séc. XVII; ocasionais metais e telhas; uma conta de colar em vidro	Ocupação séc. XVII 2ª metade
028	Terras castanho-escuras (ainda mais escuras do que as da UE 027), de aspecto lamacento, grão muito fino, bastante homogêneas.	Alguma cerâmica doméstica (25 fragmentos) - finais séc. XVII, princípios do XVIII; ocasionais metais	Ocupação séc. XVIII/XVII
029	Terras de coloração preta, bastante compacta, muito homogênea, com bastantes carvões e cinza na sua composição.	Abundante cerâmica doméstica (244 fragmentos) - 2ª metade do séc. XVII; algumas telhas; frequentes metais (meia ferradura em ferro), 2 líticos e ocasionais vidros	Ocupação séc. XVII - 2ª metade
030	Terras de coloração laranja pela composição argilosa, bastante compactas. Comporta algumas pedras de médio e pequeno calibre.	Abundante cerâmica doméstica (51 fragmentos) - 2ª metade do séc. XVII; alguma telha e abundantes fragmentos de tijolos	Ocupação séc. XVII - 2ª metade
031	Derrube constituído por pedras de granito de médio calibre sem qualquer alinhamento a considerar.	Nenhumas	Nível de derrube/abandono - ocupação da 2ª metade do séc. XVII
032	Terras laranjas com alguma compactação.	Abundante cerâmica doméstica (43 fragmentos) - 2ª metade do séc. XVII	Ocupação séc. XVII - 2ª metade

Continua

Continuação

UE	Caracterização	Inclusões culturais	Interpretação estratigráfica
033	Terras muito heterogêneas, de coloração predominantemente castanha, com bastantes inclusões de carvões e cinza. Comporta algumas pedras de médio porte.	Alguma cerâmica doméstica (25 fragmentos) - 2ª metade do séc. XVII; ocasionais metais (medalha de terço de cobre) e uma conta de terço (?) - séc. XVII -2ª metade	Ocupação
034	Terras cinzentas-amareladas com significativo grau de compactação e com algumas pedras de médio porte.	Ocasional cerâmica doméstica (4 fragmentos) - 2ª metade do séc. XVII	Ocupação séc. XVII -2ª metade
035	Estrutura constituída por um piso de tijolos e pedras, intercalados aleatoriamente, constituindo um plano rectangular de onde se destacam tijolos com morfologia maneirista.	81 fragmentos de tijolos e 12 fragmentos de cerâmica doméstica - 2ª metade do séc. XVII	Estrutura séc. XVII - 2ª metade
036	Terras de coloração castanho-escura, textura fina, de composição argilosa.	Ocasional cerâmica doméstica (3 fragmentos) - meados do séc. XVII	Ocupação séc. XVII nivelamento para a rocha de base
037	Rocha de base constituída por granito de grão grosso muito friável.	Nenhumas	Nível Geológico
038	Terras acinzentadas com resquícios de saibro.	Nenhumas	Ocupação - séc. XIX
039	Terras castanhas escuras, de grão médio.	Nenhumas	Ocupação - séc. XIX
040	Terras bastante homogêneas, de cor cinzenta e de granulometria fina.	Nenhumas	Enchimento de vala séc. XX
041	Terras acastanhadas, pouco compactas, de grão médio, idênticas às da EU 004.	Nenhumas	Ocupação - séc. XIX
042	Buraco de poste de morfologia quadrangular bem definida.	Nenhumas	Interface de buraco de poste - séc. XVII
043	Buraco de poste regularizado, de morfologia oval.	Nenhumas	Interface de buraco de poste - séc. XVII
044	Buraco de poste regularizado, de morfologia circular.	Nenhumas	Interface de buraco de poste - séc. XVII
045	Buraco de poste regularizado, de morfologia circular com pouca profundidade.	Nenhumas	Interface de buraco de poste - séc. XVII
046	Buraco de poste regularizado, de morfologia oval.	Nenhumas	Interface de buraco de poste - séc. XVII
047	Buraco de poste circular, bastante profundo, mas algo irregular.	Nenhumas	Interface de buraco de poste - séc. XVII
048	Entalhe na rocha de base de sustentação de estrutura.	Nenhumas	Interface de entalhe de sustentação de estrutura
049	Entalhe na rocha de base de sustentação de estrutura.	Nenhumas	Interface de entalhe de sustentação de estrutura
050	Entalhe na rocha de base de sustentação de estrutura.	Nenhumas	Interface de entalhe de sustentação de estrutura

Tabela 1. Descrição das Unidades Estratigráficas quanto à cor, composição, granulometria, inclusões orgânicas, culturais, etc.